

# Volta às aulas. Com mais problemas.

O primeiro dia de aula na rede estadual de ensino reserva hoje uma surpresa para mais de 1,5 milhão de alunos matriculados no ciclo básico (1º e 2º anos): a implantação da jornada única, que praticamente irá dobrar a permanência de alunos e professores nas 5.756 escolas estaduais — as aulas, que até dezembro duravam três horas e meia, passarão a ser de seis horas. O decreto 28.170, de 21 de janeiro, através do qual o governador Orestes Quéricia instituiu a jornada única, prevê que durante essas seis horas os alunos receberão dois lanches e um almoço, além de aulas de educação física e artística. Da criação da jornada única até sua implantação, no entanto, passaram-se apenas 20 dias, e a maioria das escolas do Estado não teve tempo de se adaptar à nova realidade: faltam professores, carteiras, classes e alimentos para a merenda.

O secretário estadual de Educação, Chopin Tavares de Lima, que visitará hoje, em companhia do governador, uma escola da capital para acompanhar a implantação da jornada única, já reconheceu que o projeto não irá funcionar em 100% das escolas no início, dando um prazo de dois meses para sua adaptação. Na própria escola onde Orestes Quéricia votou em 1986, quando foi eleito — EEPG Dona Castorina Cavalheiro, no centro de Campinas — a situação é crítica: “A falta de serventes, inspetores de alunos e merendeiras não nos permite realizar um bom trabalho”, diz a diretora substituta, Dirce de Lourdes Passarelli Stefanini, reclamando uma série de reformas para o prédio, que tem mais de 62 anos. Na região de Campinas, cerca de 60 escolas estaduais deixarão de implantar a jornada única por falta de condições.

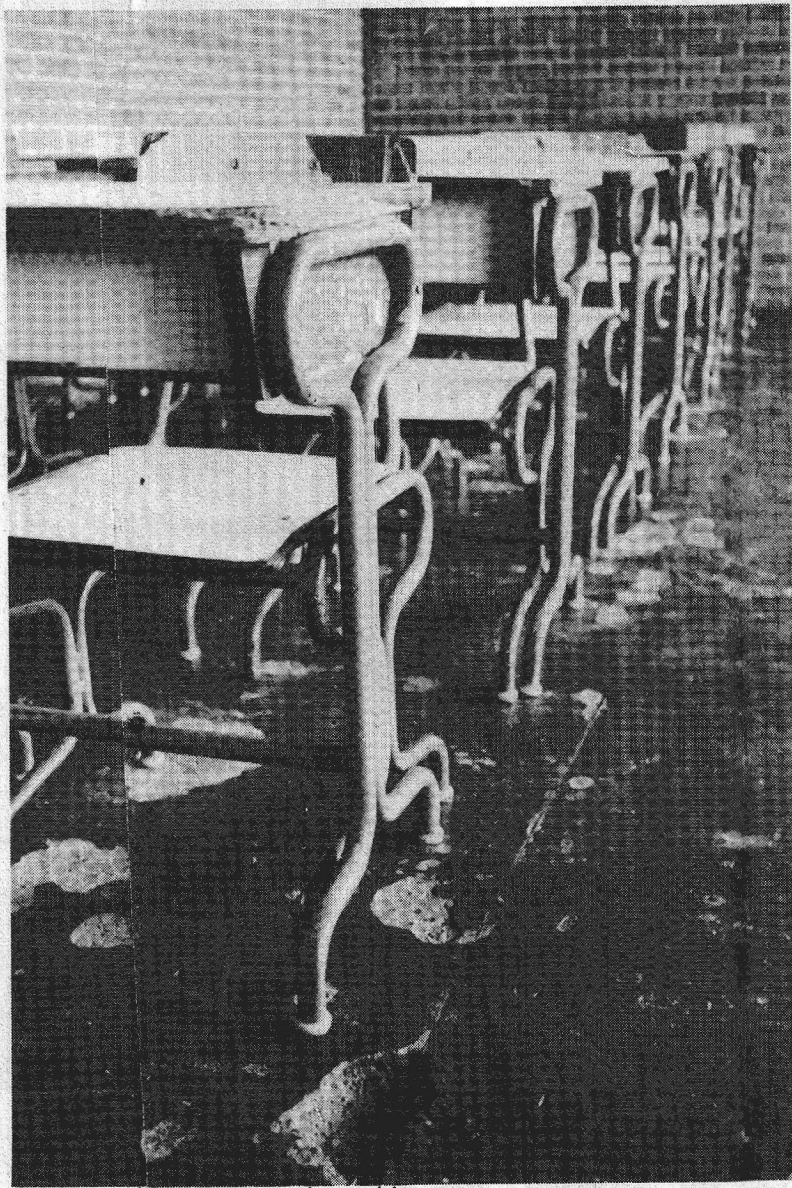
A mesma precariedade é notada nas escolas da Capital: faltam funcionários para preparar a merenda, não há carteiras em número suficiente, os banheiros precisam de reforma... Não bastasse isso, os professores e diretores ainda não sabem exatamente que proposta educacional adotar para acabar com a repetência e a evasão escolar, que é o objetivo principal da jornada de seis horas.

## Só macarrão

Segundo o governo, 93% das escolas estaduais têm condições materiais de implantar a jornada única. A cifra, no entanto, é contestada por professores e diretores da Capital e Interior: “As crianças vão ter de comer em pé”, diz Sérgio Zurawski, diretor da EEPG Tito Prates da Fonseca. Sua escola não tem uma única mesa para refeição dos 350 alunos matriculados no ciclo básico. Refeição esta que, pelo menos durante esta semana, vai ser muito restrita: a escola recebeu do Estado apenas macarrão; que terá de ser consumido pelas crianças nas mesmas canequinhas utilizadas para a merenda.

Com a implantação da nova jornada, o governo pretende acabar com o quadro negativo registrado no ensino oficial, onde, de cada 10 crianças que ingressam na 1ª série do 1º grau, quatro não chegam à segunda série, abandonando a escola por falta de aulas suficientes, carência alimentar gerada pela miséria e falta de orientação pedagógica. Estão previstos gastos de Cz\$ 12 bilhões na compra de alimentos e na reforma das escolas. “É um projeto caro”, reconhece o secretário da Educação, que está negociando um empréstimo com o Banco Mundial para que a jornada única possa ser implantada adequadamente em toda rede.

O projeto da jornada única vem sendo elaborado há seis meses, recebendo, em alguns casos, apoio das entidades do magistério. As condi-



Cadeiras e salde aula em estado precário

ções precárias das escolas estaduais não desanimam o secretário Copin Tavares de Lima, quando ele fala do início da jornada única: “Vamos enfrentar problemas, mas se não começamos agora nunca iremos implantar a jornada”, afirma. Grande parte dos problemas de que fala o secretário está na Cande São Paulo: das 600 mil crianças da região metropolitana, aproximadamente 60 mil terão apenas três horas e meia de aulas, já que as escolas funcionam em quatro períodos e não há classes suficientes para se implantar a jornada única, que exige apenas dois períodos de aulas: das 7 às 13 horas e das 12 às 18 horas.

## No ano que vem

Mesmo dizendo-se favoráveis à nova carga horária, muitos professores e diretores estão confusos sobre o seu aspecto pedagógico — ninguém sabe ainda o que como ensinar: “Foi tudo muito rápido, o plano saiu em cima da hora. Ele foi decretado durante as férias dos professores e, na semana seguinte, está sendo imposto, já que ninguém discutiu como deveria”, reclama Sérgio Zurawski. Professores da EEPG Tito Prates da Fonseca, onde Zurawski é diretor, acreditam que a jornada deveria ser implantada só no ano que vem, “para que pudesse haver maior discussão das mudanças”.

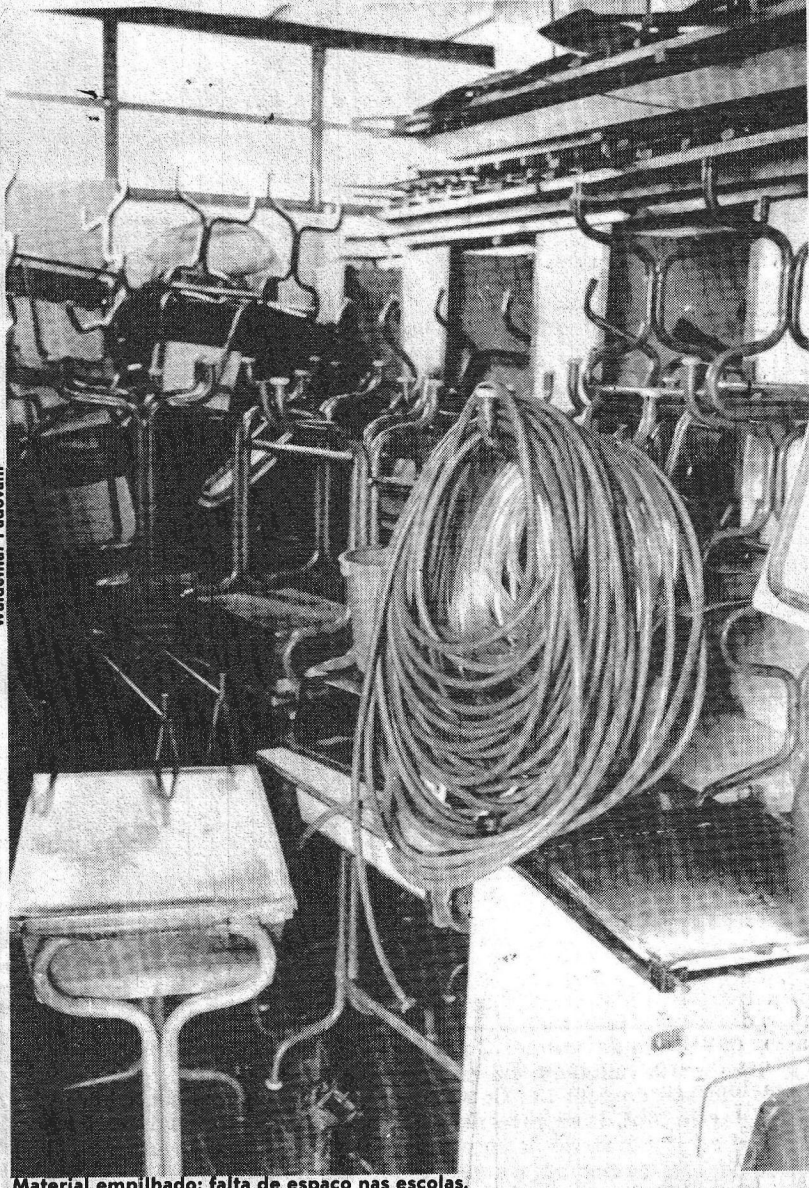
Os diretores da Apeosp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo — apontam o baixo salário da categoria como o principal problema da jornada única: “Há três anos defendemos uma jornada que desse tempo para que o professor refletisse sobre seu trabalho e atendesse às reclamações dos pais”, diz Eneide Moreira Lima, diretora Cultural e Educacional da Apeosp. “Mas essa jornada precisava vir acompanhada de um piso salarial mínimo, que desobrigue o professor a dar aula em outros períodos.” No ano passado, um professor que trabalhava em período integral recebia por 45 horas. Agora, com a jornada única, cumprida na mesma escola, irá receber por 40.

As 910 escolas estaduais de Campinas e região em enfrentando sérios problemas com a implantação da jornada de seis horas. “A revolução nos pegou de surpresa”, explica a 1ª delegada de Ensino da cidade, Iaci do Valle Nogueira. “Não houve tempo suficiente para iniciar ou concluir reformas e ampliações

nos prédios. O espaço físico restrito e a falta de alimentos e funcionários têm sido os nossos maiores problemas”, acrescenta.

## Projeto descartado

Na periferia de Campinas os problemas são ainda maiores. Mesas, cadeiras, materiais de limpeza e ferramentas estão sendo armazenados em dois sanitários da EEPG Reverendo José Carlos Nogueira, que não conta com



Material empilhado: falta de espaço nas escolas.

uma despesa. “Até dezembro recebíamos uma verba mensal de Cz\$ 8 mil para despesas com material pedagógico e de limpeza. Este ano, às vésperas do início das aulas, nenhuma verba foi repassada à escola e ninguém nos informou nada sobre este novo projeto do governo”, revela a diretora Cleuza Luporini do Nascimento. Cleuza e os professores de sua escola acharam “bastante precipitada” a decisão do governo de implantar a jornada única.

Em pelo menos três das 45 escolas estaduais de São José do Rio Preto já está descartada a implantação da nova jornada, o mesmo ocorrendo com uma escola de Votuporanga:

são escolas que, para atender a todos os alunos matriculados, têm de funcionar em quatro períodos. Também não há merendeiras e serventes em número suficiente. Esses funcionários são contratados pelas prefeituras locais, através de convênio com o governo do Estado. As prefeituras do Interior aguardam ainda o repasse de verbas do Estado para a compra da merenda. O auxílio deverá ser de Cz\$ 10,50 por aluno, valor que não cobrirá sequer 40% das despesas com a aquisição de alimentos. “Iniciada a implantação da jornada, poderão surgir problemas que no momento nem imaginamos”, prevê o professor Chafic Nalura, assistente técnico da Divisão Regional de Ensino de São José do Rio Preto.

O delegado de Ensino de Fernandópolis, professor Edmundo Marques, afirma que em sua cidade as escolas reúnem condições materiais para implantar a jornada única. Não descarta, porém, o surgimento de problemas nas próximas semanas. “Com o tempo, o projeto deve ser aperfeiçoado”, acredita. Ele explicou que os professores que não estão optando pelo ciclo básico já estão sendo substituídos por outros. A rapidez na adoção da nova jornada também foi criticada por Antonio Batista de Aguiar, diretor de uma escola na periferia de Fernandópolis: “O impacto da medida pode ter efeitos negativos e comprometer uma ideia que é boa”.